

# O Património Edificado. Musealização e Interpretação<sup>1</sup>



**Musealizar. Interpretar. A nova consciência patrimonial e os valores ambientais.**

A palavra "musealização" e o próprio conceito de "museu" tende, infelizmente a banalizar-se<sup>2</sup>. Mas o que aqui se pretende exemplificar não é, sequer, a musealização tradicional e clássica ou a criação ou incremento de espaços museológicos, mas antes a relação que o património edificado detém com esta realidade. E de que modo é que esta realidade pode e deve ser tratada na óptica de uma política integrada de património.

É por isso que preferimos falar de musealização e interpretação. De facto, os núcleos de carácter museológico, ou que possuam valências museológicas a par de outras, instalados em monumentos, tendem hoje cada vez mais para a explicação do imóvel ou conjunto, senão mesmo da sua paisagem e da sua história. E a diferença entre estes espaços e os museus tradicionais decorre da própria natureza da coisa-em-si.

Geralmente, o museu é um espaço-contentor, provido de peças - algumas das quais sublimes e de superior importância - mas em que cada peça, pese embora os discursos museológicos diversos que se podem instalar (desde a *accrochage*, à amostragem temática ou periodística), tende a contar a sua própria história. Não assim com os monumentos ou os sítios. Estes tratam-se de unidades que contam sua história, a história do que contêm e a história do que os envolve. Assim, se o museu privilegia justamente uma

estratégia explicativa a que chamaríamos de janela (a peça e a sua génese, a genética das formas e dos estilos, radicada na peça-ela-mesma)<sup>3</sup>, o monumento tende a privilegiar uma estratégia explicativa panorâmica e espacializada.

Aliás, testemunha-se hoje uma rápida consciencialização da imbricação das matérias relativas ao património arquitectónico com os problemas do ambiente, numa perspectiva que é a da afirmação da paisagem como zona transformada a reabilitar, no quadro de uma intervenção mais vasta no território<sup>4</sup>.

***"Geralmente, o museu é um espaço-contentor, (...) em que cada peça, (...) tende a contar a sua própria história."***

Efectivamente, dissipada a visão monumentalista do património (que era, também, uma visão estática), começou a agrupar-se neste universo não apenas a grande massa construída ou aquilo a que chamamos o monumento "clássico" ou "mega-monumento" (o mosteiro, o enorme palácio, a ruína arqueológica...), mas também o pequeno e anónimo edifício e uma impressionante quantidade de valores, nem todos de aparência "nobre" ou superiormente qualificada em termos da graduação típica ou clássica do que são valores culturais de grande consumo e visibilidade. Este vastíssimo campo, sem horizonte visível, motiva a entrada na gíria do património - e até na legislação internacional - de expressões como "paisagens culturais"

ou "paisagens associativas". Tudo isto faz da paisagem um conceito "em alta".

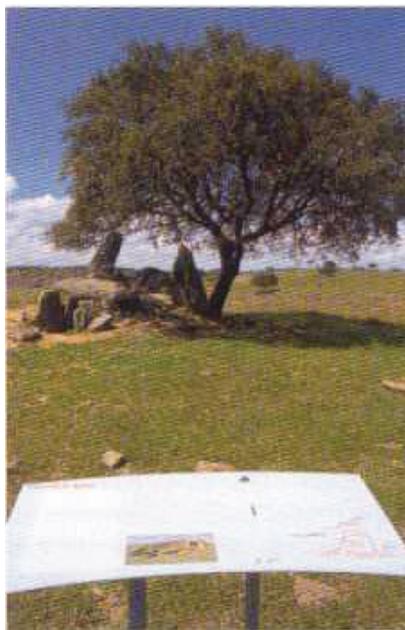
Como praticamente não existem paisagens "naturais", uma vez que quase todas elas foram fruto da humanização do território, da humanização das regiões ou do impacto diferencial da ocupação humana em lugares ou territórios vizinhos, a inscrição desta no âmbito do património parece não só recomendável como inexorável. Eis pois aqui também um dos campos em que se prevê (e se reclama) uma maior capacidade de mutação na área do património cultural, porque o problema passa a enunciar-se, definitivamente e cada vez mais, como um problema das comunidades e do bem-estar e cada vez menos como um problema (somente) de arquitectos ou historiadores; e quase nunca como o problema de um "simples" monumento, peça isolada do mundo.

Cada monumento tende, de facto, a constituir-se como "atractor" de um sistema patrimonial mais vasto, no qual se inclui não apenas a envolvente imediata - seja urbana, seja rural ou epirrural -, mas toda a rede de conexões relativas à vida material e simbólica com eles relacionado: a paisagem humanizada, o património "de proximidade" (estruturas não monumentais ou não classificadas, identificadoras do território - pequenos solares e habitações, cruzeiros, etc.) e o património "difuso" (cercados, muros, fontes, vestígios de estruturas produtivas, estações arqueológicas, enclaves ambientais, etc.)<sup>5</sup>.

### 1. Antas de Elvas

Nas imediações da cidade de Elvas, encontra-se um dos vários núcleos territoriais do denso megalitismo do Alto Alentejo (neolítico final). Foi assim possível definir dois circuitos, ambos aptos a serem percorridos através de veículos todo-o-terreno, mediante inscrição dos visitantes interessados. A filtragem do público mais ou menos especializado a que tal obriga e que ocorre de forma natural, garante o interesse e o controle qualitativo do percurso, enriquecido caso acaso, através de sinalização própria, uma vez que cada monumento se encontra isolado na paisagem e em locais vulgarmente inacessíveis, composto por conjuntos de necrópoles de dolmens de médio e grande porte ou cromeleques. O percurso estabelecido permite não apenas a visita aos monumentos, muitos deles situados em propriedade privada mas previamente sujeitos a trabalhos de consolidação e restauro levados a cabo pelo IPPAR mediante acordo protocolado com os respectivos proprietários - que admitem a abertura das suas herdades, mas também a fruição daquilo que poderemos considerar uma belíssima paisagem arcaica que atinge a fronteira com Espanha em diversos dos seus pontos. Como ponto de apoio associou-se ao circuito a requalificação do Castelo de Elvas, onde existe

*"(...) foi possível reconverter e reprogramar - quer em termos de gastos, quer em termos de desenvolvimento das acções - os diversos percursos ou itinerários previstos."*



Circuito das Antas de Elvas. Sinalética.  
Anta de S. Rafael I.

um centro de acolhimento que permite a visita ao monumento e serve de ponto de partida para as visitas às antas.

### 2. Programa "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve"

O programa "Itinerários Arqueológicos", aplicado aos mais importantes sítios arqueológicos dos municípios de Santiago do Cacém, Montemor-o-Novo, Évora, Ourique, Beja, Vidigueira, Campo Maior, Estremoz e Portimão, contou com uma importante dotação do Fundo de Turismo e abrange tipologias tão diferenciadas como sejam testemunhos paleolíticos (Gruta do Escoural), megalíticos, povoados calcolíticos (Campo Maior), romanos (*villae* de Pisões, Torre de Palma, Santa Vitória do Ameixial, S. Cu-

cufate), povoados (Cola) e *civitates* (Miróbriga). Devidamente reavaliado em 1996 tendo em conta a duração do mesmo, foi possível reconverter e reprogramar - quer em termos de gastos, quer em termos de desenvolvimento das acções - os diversos percursos ou itinerários previstos. Todos os itinerários pressupõem um protocolo e uma estreita colaboração entre o IPPAR e as autarquias em cuja área de jurisdição os monumentos se situam.

Uma vez mais, o que aqui conta é a valorização dos sítios arqueológicos entendidos enquanto património arquitectónico a reintegrar. Todas as acções incorporadas no programa, contaram com diversas actuações conjugadas, para além das escavações arqueológicas e da beneficiação dos monumentos através de obras de conservação, restauro, arranjos exteriores e sinalética. Assegurou-se uma importante frente de aquisição de terrenos e de expropriações.

Do ponto de vista de critérios de intervenção, o desenho destes itinerários atém-se a uma filosofia minimalista. Em termos gerais, as intervenções de valorização dos sítios arqueológicos por parte do IPPAR obedecem aos seguintes princípios:

- a) Preservação, conservação e restauro;
- b) Pesquisa arqueológica, efectuada em regime de continuidade, sem esgotamento do potencial, se for caso disso, mantendo-se reservadas áreas sem prospecção por escavação;
- c) Oferta à fruição pública, asseguradas que foram as etapas anteriores;

d) Constituição de bases para acolhimento do público;

e) Inserção dos sítios arqueológicos na ordem económica contemporânea enquanto recurso cultural.

Se na maior parte dos casos foram edificados pequenos centros de acolhimento com área de recepção e um polo museológico "exemplar" e explicativo, noutros casos mantém-se a perspectiva quase que "imaterial" de valorizar os testemunhos, tornando possível a simples visita de "pé posto". Poderá destacar-se pelo seu grau de desenvolvimento a cidade de Miróbriga (Santiago do Cacém), ampla estação arqueológica que, a par de permanentes trabalhos arqueológicos, possui já uma expressão visitável de consideráveis dimensões e com arranjos exteriores substanciais. Foi aí instalado um Centro Interpretativo e de Acolhimento, estrutura de desenho neomoderno mas sóbrio, implantado a meia encosta de um cômodo vizinho detendo uma privilegiada relação com a paisagem silenciosa e calma do sítio, cumprindo um programa que prevê não apenas a recepção e condução do público, mas também a valência museológica (núcleo museológico, além de laboratório e centro de pesquisa). Encontra-se também praticamente concluído o centro de acolhimento e de interpretação da *villa* romana de São Cucufate, instalado à ilharga do vastíssimo conjunto arqueológico e abrangendo uma importante componente de arquitectura da paisagem, incluindo a reconstituição do coberto vegetal do período clássico e a recu-

peração dos circuitos de adução e escoamento de águas.

Este tipo de trabalhos de valorização em sítios arqueológicos afectos ao Estado estendem-se a vários exemplos,

*"... foram edificados pequenos centros de acolhimento com área de recepção e um polo museológico "exemplar" e explicativo..."*

de entre os quais se destacam a área arqueológica do Freixo - Tongóbriga (Marco de Canaveses), Castelo e Castro de Faria (Barcelos), o Santuário Rupestre de Panóias (Vila Real)<sup>6</sup>.



Castelo de Elvas.  
Frota de veículos do Circuito das Antas de Elvas.

### 3. Programa "Aldeias Históricas"

O programa "Aldeias Históricas" abrangeu os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Marialva, Idanha-a-Nova, Castelo Mendo, Piodão e Linhares. No quadro do seu desenvolvimento<sup>7</sup> estes projectos possuem uma "geometria variável" tendo em conta a diversidade de problemas a enfrentar bem como a coordenação das diversas entidades envolvidas.

Assim, contam-se entre os projectos executados obras de conservação e valorização de castelos, de centros históricos e de outros monumentos, tratando-se, nalguns casos, de intervenções de pequeno porte destinadas essencialmente à conservação preventiva, e outras de maior porte tendo por objecto o restauro de monumentos e a construção de "obra de raiz" com a finalidade de criar "infraestruturas de acolhimento". Parte das intervenções assumem a característica de arranjos exteriores. Muitas destas intervenções conjugam as diversas valências acima descritas, funcionando como projectos integrados na verdadeira acepção da palavra (tal é o caso de Idanha-a-Velha, por exemplo). Tendo em conta a especificidade do património edificado em causa e os problemas levantados por cada caso, o programa encontra-se fortemente condicionado à realização de pesquisas arqueológicas prévias.

De entre os projectos em curso destaca-se pela sua concepção o de Idanha-a-Velha. Cidade romana de origem, Egitânia chegou a ser sede de bispado e, como tal, umas das mais importantes povoações antigas da região da Beira interior no tempo dos visigodos. O projecto de Idanha-a-Velha<sup>8</sup> pode considerar-se um dos mais interessantes "case-studies" na área do património. Constituiu-se como exercício de opções variáveis - consoante o imóvel a intervir - e estendeu o seu escopo de intervenção muito para além do estrito "monumento". A es-

tratégia base contempla a valorização de toda a povoação.

Com base na coerência deste conjunto, situado grande parte intramuros mas com pequenas extensões extramuros, os projectistas iniciaram o estudo de um plano de pormenor, de modo a servir de baliza para a reabilitação do casario, concedendo-lhe pequenos espaços de ampliação que venham futuramente a servir de alternativa às adições espúreas (geralmente, pequenos barracos) que ali se fazem, corrigindo gradualmente a "imagem" do lugar (operação a cargo da autarquia). Foi ainda desenhado o anteprojecto de um "plano de urbanização" (encargo da autarquia) enquadrando qualquer ampliação futura das áreas edificáveis - caso esta se venha a verificar necessária, para uma zona extra-muros situada ao longo do rio, que ficará valorizado através de um pequeno cais essencialmente destinado a actividades desportivas ou de lazer.

Joga-se aqui na antecipação: produz-se "a montante" um instrumento de planeamento relativamente leve de modo a ordenar eventuais pretensões de construção futuras, retirando "carga" ao centro histórico, libertando-o de área construída, uma vez que possui solos de riquíssima potencial científico. Mais concretamente, o trabalho dos projectistas concentra-se em "objectos" patrimonialmente importantes, que servem de catalizadores para a experiência de valorização global. Assim aconteceu com o Lagar de Varas,

restaurado enquanto exemplar de arqueologia industrial, tendo sido adaptado como espaço museológico complementar.

Refizeram-se coberturas e reconstruíram-se muros, limpam-se as "ruínas" e concedeu-se-lhes capacidade de fruição segundo uma perspectiva minimal.

***"Refizeram-se coberturas e reconstruíram-se muros, limpam-se as "ruínas" e concedeu-se-lhes capacidade de fruição..."***

Os projectistas desenharam ainda uma peça de equipamento (vulgo "espigheiro", por lembrar a sua forma) de linguagem moderna e executada em materiais contemporâneos (ferro), constituindo-se, na realidade, como um longo corredor coberto, com prateleiras laterais nas quais se encontra exposta uma boa parte da riquíssima lapidária e epigrafia que por enquanto se encontra encerrada na Sé Catedral. Na Porta Norte procedeu-se à monumentalização do imóvel através da reconstrução dos torreões (aliás corrigidos ou "desrestaurados"); criando-se um passadiço de visita no coroamento da muralha bem como um arranjo da envolvente baseado já nos testemunhos arqueológicos entretanto exumados. A equipa, tendo em conta o facto de Egíptia se tratar de um estaleiro arqueológico permanente, preparou para a zona das muralhas na zona dos "Palheiros de S. Dâmaso" uma intervenção de "res-

tauro crítico". Desmontadas as edificações que serviam de palheiro e escavadas as muralhas, veio-se a constatar que as mesmas se tratam de uma reconstrução recente que aproveitou, do original, apenas o respectivo tardoz.

O projecto promoveu a reedificação de uma estrutura "nova" que substituirá os antigos palheiros. Esta estrutura foi apenas "encostada" à muralha através da criação de um espaço de clarabóia separado daquela, recriando com materiais modernos os alçados dos dois torreões há muito desmontados.

Em termos de ocupação, esta edificação destina-se ao acolhimento de arqueólogos residentes, a laboratório e a recolha de materiais (intervenção a cargo da autarquia). O projecto traduziu-se ainda, na reconstrução de uma antiga casa de fundação manuelina, reconvertendo-a em posto de turismo. Quanto à Sé, prevê-se o aprofundamento das escavações em torno do monumento, a criação de um novo circuito de vistas com passadiços e



*Povoado calcolítico de Santa Vitória de Campo Maior a partir da torre de observação.*

sinalética, tendo-se requalificado o edifício da chamada "basílica" através de restauros pontuais e da sua "mobilização" de modo a conceder uma leitura (e uma interpretação) mais correcta ao espaço.

A musealização do património construído passa, portanto, por um conjunto de operações que não se cingem, hoje em, dia, à simples disposição (ou deposição...) de acervos, nem sequer à organização de circuitos de visita ou

***"O projecto traduziu-se ainda, na reconstrução de uma antiga casa de fundação manuelina, reconvertendo-a em posto de turismo..."***

de disponibilização corrente de informação.

Pelo contrário, aliando estes aspectos da musealização clássica de "espaços" - porque é de espaços que tratamos, alguns possuidores de acervos riquíssimos, tais os casos do Palácio da Aju-

da ou do Palácio da Pena - o que se pretende atingir é a requalificação espacial total, do monumento e envolvente, de uma forma que reconduza o público ao entendimento do sentido pretérito dessas estruturas sem perder a qualidade de fruição que a sociedade do terceiro milénio exige no encontro harmonioso do difícil binómio consumo-cultural. 

1. O presente texto retoma e sintetiza alguns aspectos de outro texto publicado em "Intervenções no Património, 1995-2000", Lisboa, IPPAR, 1997, mas também aspectos longamente desenvolvidos por Luis Calado, Paulo Pereira e Joaquim Passos Leite em "Património, Balanço e Perspectivas, 2000-2006", Lisboa, IPPAR, 2009. Este último texto trata-se de uma avaliação, de um "programa" de acção e de um plano operacional (vide POIP - Programa Operacional de Intervenções no Património, nesse mesmo livro) que define e traça a linha divisória entre as intervenções casuísticas e voluntaristas (tantas vezes derivativas) levadas a cabo pela administração, e o planeamento, dimensão essencial para o desenvolvimento de uma política integrada de património. Neste caso reportamo-nos a alguns casos concretos de um universo de cerca de 130 intervenções em curso. Por isso, muitos outros exemplos de musealização e/ou interpretação tiveram que ficar de fora por questões de espaço. Referim-se numa considerável quantidade de sítios arqueológicos, objectos de importantes investimentos (conceptuais e financeiros)...

2. Saúde-se, por se tratar de uma posição realista, pragmática e crítica, a política do IPM através da constituição da Rede Portuguesa de Museus. É, ao que cremos, um elemento de trabalho de grande utilidade para a afirmação de uma política museológica sustentada a nível nacional (esta palavra, também banal, tem aqui toda a sua razão de ser).

3. Não pretendemos reduzir os museus a esta tipologia. Apenas a referimos para efeitos de sistematização e de simplificação do raciocínio. Os museus, como se sabe, cumprem funções que vão muito além desta estratégia, mormente componentes de carácter social e educativo, e até de interação urbana hoje em dia extremamente importantes.

4. Alinham-se no horizonte novos paradigmas de intervenção patrimonial. Referimos já por diversas vezes a possibilidade de defender, para determinados casos bem caracterizados o "ruinismo", ou seja, a manutenção das estruturas na sua condição de ruína, sempre que o seu estado o permita e a preservação do "silêncio" dos monumentos, ou seja, a sua reserva relativamente a qualquer valor de uso inadequado.

5. Sobre a criação do conceito moderno de paisagem anota-se que o mesmo é de origem anglo-saxónica ("landscape") e transitou do neerlandês "landschap" - que queria precisamente dizer "terra trabalhada" ou "parcela de terreno" ocupada pelo homem e transformada por ele. O mesmo se pode dizer do seu avô latino "paisagem" - que dará origem a palavras tão significativas como *paísano*, *paesaggio*, *paylage*.

6. Sobre a interpretação de monumentos recomendamos, com vantagem, a consulta da revista "Património Estudos", n.º 1, Lisboa, IPPAR, 2001, dedicada precisamente a esta temática desenvolvendo no dossier principal os fundamentos e o descritivo das intervenções.

7. Neste programa foram lançados projectos de recuperação e valorização integrada com base em comparticipação comunitária, em financiamento do Fundo de Turismo, IPPAR e Municípios e com o concurso de diversas entidades (IPPAR, autarquias, ICN e Comissão de Coordenação da Região Centro).

8. Proj. Atelier 13 (Alexandre Alves Costa / Sérgio Fernández).

Licenciado em História e mestre em História de Arte. É autor de diversos artigos em revistas da especialidade, tendo sido conferencista convidado para vários colóquios e encontros em Portugal, Espanha, França, Brasil e EUA. Organizou várias exposições, tendo sido assessor da Europa'91 Portugal (Bruxelas) e Lisboa '94 - Capital Cultural da Europa - nessa área. É autor do ensaio "A Obra Silvestre e a Esfera do Rei", Coimbra, 1991 (prémio D. João de Castro, 1991) e dirigiu a obra "História de Arte em Portugal", 3 vols., Lisboa, 1995. Foi Chefe de Divisão de Museus da Câmara Municipal de Lisboa, desempenhando actualmente a função de Vice-Presidente do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).